Ex-deputado do PSOL, Raul Marcelo, liguei para ele, e ele disse que as emendas impositivas do ano passado dele não foram liberadas. Enquanto isso, tem parlamentar de primeiro mandato, ou seja, que não passou pela votação do Orçamento do ano passado, que não teria direito a emenda este ano, anunciando benfeitoria para sua cidade, que desde já, deste ano, foi agraciado com benfeitorias do governador na sua cidade, onde pretende ser candidato a prefeito no ano que vem.

Ou seja, tirou da oposição e liberou para a base. Eu acho que faz parte da contagem de garrafinhas. Mas, além dessa camada, tem a camada que eu considero inocente. Gente que chegou aqui pelo voto democrático, acreditando que a gente esteja aqui em uma Assembleia democrática, onde cabe debate, onde cabe sonhar.

As mais diversas bancadas produziram emendas. Tem gente bem-intencionada mesmo, querendo reduzir as desigualdades. Tem gente mal-intencionada, que quer só salvar uma categoria e deixar o resto ir para o esgoto, como se salvar policiais para manter o seu voto... (Manifestação nas galerias.)

Eu não quero o mal dos policiais, eu acho que todos os servidores devem ter direito a aposentadoria digna e ter direito a direitos trabalhistas, mas eu não acho satisfatório tirar uma categoria da reforma e deixar que os professores, os agentes de organização escolar, os auxiliares administrativos, os defensores e todos os outros servidores públicos tenham direitos retirados de forma tão brutal.

Mas esses inocentes ou mal-intencionados viram hoje de manhã. Aconteceu a CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça, que durou a manhã inteira, um debate em que o novo relator é o Heni. Não aceitou nenhuma das emendas.

Ele disse que o princípio dele tinha sido equiparar nossa reforma ao que foi a reforma federal. Então, ele se baseou muito na PEC 103, do Congresso Federal. Só que esqueceu de dizer, por exemplo, que a PEC 103 garante explicitamente os direitos constituídos. Está explícito. A nossa, não. Isso não considerou.

Enfim, para o Novo, todo e qualquer pacote de maldades e de retirada de direitos dos trabalhadores é a bandeira deles. Eles são muito transparentes quanto a isso. A gente não esperava nada de diferente do Novo. O que não esperavam os inocentes era não terem poder de negociação. É isso que quero contar para vocês hoje.

Depois da CCJ, que foi suspensa porque um parlamentar pediu vista do projeto, a gente está em suspenso aqui. Se vocês me perguntarem "Monica, o que vai acontecer?", eu não sei dizer o que vai acontecer. Não existe democracia suficiente para a gente participar das decisões do rito de votação desta Casa.

É por isso que a gente está falando aqui feito doido, porque falar é a única ferramenta que nos resta para impedir que o presidente da Casa dite aqui o ritmo que ele quiser. Enquanto a gente estiver falando, não há votação. Então, o único recurso que tenho aqui é ficar falando. (Manifestação nas galerias.)

A expectativa é de que saia um relator especial. Faço votos de que não saia e que o Carlos Cezar tenha uma semana do prazo de vistas para tentar construir a redução de danos, que tenho certeza de que é o objetivo do senhor.

Mas não tenho certeza de que haja disposição da Casa para respeitar os nossos direitos como parlamentares, porque, se houvesse, o Meirelles estaria aqui explicando para nós essa reforma, e não em uma reunião fechada, onde ninguém pode perguntar, onde você tem que implorar para falar com o Meirelles. (Manifestação nas galerias.) A gente não foi eleita para implorar para falar com um secretário.

Mas a gente acha que vai sair relator especial e que, se não começarem a votar a PEC amanhã, no mais tardar na semana que vem. E que qualquer proposta de redução de danos está em suspenso.

Quero dizer aos policiais civis que... Está aí, há vários parlamentes negociando, vai tirar, não vai tirar. São dois textos: a PEC e o PLC. Se tirar no PLC, vai ter que mandar outra proposta de PEC, porque não estou sabendo de aceitar emenda na PEC. Então, não há segurança jurídica para qualquer negociação que gente mal-intencionada está fazendo para dizer que vai tirar os civis da reforma da Previdência.

Então, a gente está em suspenso, sem saber o que vai acontecer. Hoje não está em pauta, mas pode estar amanhã. Se a Presidência da Casa resolver tratorar o Sr. Carlos Cezar e quiser colocar um relator especial, a gente pode votar a PEC a partir de amanhã à noite.

E mais uma vez, acho que está nas mãos de todas e de todos resistir a esse pacote de maldades, porque não se justifica o estado de São Paulo estar fazendo uma reforma que o governo mesmo assume que é preventiva. Não estamos em colapso. O estado não vai parar amanhã se a gente não fizer uma reforma. Aliás, o estado de São Paulo não vai parar no ano que vem, nem nos próximos 20 anos.

A gente está falando que, em 23 anos, talvez, os inativos sejam em número maior do que os ativos. Tudo bem que tem déficit de contratação. Vou falar dos policiais. Se contratassem os 15 mil policiais civis que faltam para ter as delegacias de pé no interior, já seriam mais ativos do que inativos. O problema é que não contrata. (Manifestação nas galerias.)

Não contrata, não oferece solução, não explica, não traz secretário, não permite que a gente participe a contento. Empurram uma reforma da Previdência com requintes de crueldade para a Assembleia Legislativa, porque, mais uma vez, preciso explicitar: está em curso no Brasil, no Congresso Federal e aqui, na Assembleia Legislativa...

A gente já sabe quem é o Doria, não é? Grande fã e quer ser o precursor da nova direita. O fim do funcionalismo público! A reforma da Previdência Geral não pegou. O Doria é o primeiro, precursor. Olha que mérito, que incrível ser o primeiro a retirar direitos dos servidores públicos.

E depois vem a reforma administrativa, que já começa a tramitar, tirando estabilidade, tirando toda e qualquer segurança do servidor público. Alguns os chamam de privilegiados, mas, se formos olhar o Brasil e o estado de São Paulo, vamos ver que tem muita categoria que ganha abaixo do piso salarial do próprio estado de São Paulo, que não tem abono, que não tem reajuste há mais de cinco anos, que trabalha em situação precária, que ganhou na loteria o direito de ser privilegiado, de ser muito mal remunerado e, agora, vão retirar todo e qualquer direito de estabilidade e de carreira para os servidores públicos estaduais.

Então, o cenário é lastimável mesmo. E quem está achando que tirar a sua categoria do PLC - mas vai manter na PEC, não tem segurança jurídica nenhuma de que vocês vão sair - é o fim da luta, está muito distante de ser o fim da luta.

A mim, aqui, resta fazer um apelo aos inocentes, aos que acham que tem negócio, porque até agora não houve negócio nenhum. A única alternativa que a gente tem diante de uma tramitação tão cruel, até com erros de digitação, idades que são incongruentes entre elas, a única alternativa que a gente tem aqui é mandar um recado para o Governo do Estado de São Paulo, que é rejeitar essa proposta e o governo que redija outra. (Palmas.)

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Pela ordem, Presidente. Solicito a prorrogação por duas horas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Coloco em votação. Os favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Peço uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Neste momento, vamos fazer soar... Eu disse a todos...

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convoco V. Exas. Para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, ou às 19 horas, caso a sessão não atinja o seu tempo limite, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar nº 78, de 2019.

Como não existe respeito por parte daqueles que estão na galeria, está suspensa a nossa sessão por tempo indeterminado...

Está levantada a nossa sessão por conveniência da ordem.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.

* * *

3 DE DEZEMBRO DE 2019
70ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
Secretaria: ADRIANA BORGO e VALERIA BOLSONARO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão.
2 - CARLOS CEZAR
Para comunicação, discorre sobre reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Diz acreditar que a discussão do projeto fará com que possam chegar em um melhor caminho para todos, inclusive os servidores públicos. Afirma que o líder do Governo Carlão Pignatari e as outras lideranças desta Casa estão empenhados em buscar este melhor caminho. Esclarece que foram ouvidas as preocupações de entidades. Informa que até a próxima quinta-feira deverá devolver a proposta de emenda à Constituição.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação o PLC 78/19, salvo emendas.
4 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do PLC 78/19, em nome do PSOL.
5 - PROFESSORA BEBEL LULA
Encaminha a votação do PLC 78/19, em nome da Minoria.
6 - TEONILIO BARBA LULA
Solicita uma verificação de presença.
7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
8 - ENIO LULA TATTO
Encaminha a votação do PLC 78/19, em nome do PT.
9 - CAMPOS MACHADO
Encaminha a votação do PLC 78/19, em nome do PTB.
10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara aprovado o PLC 78/19, salvo emendas.
11 - TEONILIO BARBA LULA
Solicita uma verificação de votação.
12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
13 - CARLOS GIANNAZI
Declara obstrução da bancada do PSOL ao processo de votação.
14 - TENENTE NASCIMENTO
Declara obstrução da bancada do PSL ao processo de votação.
15 - ALTAIR MORAES
Declara obstrução da bancada do REPUBLICANOS ao processo de votação.
16 - MARCIO DA FARMÁCIA
Declara obstrução da bancada do PODEMOS ao processo de votação.
17 - TEONILIO BARBA LULA
Declara obstrução da bancada do PT ao processo de votação.
18 - ALEX DE MADUREIRA
Declara obstrução da bancada do PSD ao processo de votação.
19 - MARIA LÚCIA AMARY
Declara obstrução da bancada do PSDB ao processo de votação.
20 - RAFA ZIMBALDI
Declara obstrução da bancada do PSB ao processo de votação.
21 - LECI BRANDÃO
Declara obstrução da bancada do PCdoB ao processo de votação.
22 - MARCIO NAKASHIMA
Declara obstrução da bancada do PDT ao processo de votação.
23 - CORONEL TELHADA
Declara obstrução da bancada do PP ao processo de votação.
24 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do projeto salvo emendas. Coloca em votação as emendas nºs 1 a 5 englobadamente.
25 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Encaminha a votação das emendas, em nome do PSOL.
26 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação das emendas, em nome do PSB.
27 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas nºs 1 a 5 englobadamente.
28 - TEONILIO BARBA LULA
Declara voto favorável às emendas do PT.
29 - CARLOS GIANNAZI
Declara voto favorável à emenda nº 1.
30 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, apenas para relembrar aqui, foi citado pela última deputada a falar na tribuna, a deputada Monica, sobre o pedido de vista, na Comissão de Constituição e Justiça, de minha autoria, hoje. Nós estávamos em uma discussão.

Anteriormente, havia discutido, inclusive, o deputado Campos Machado, a respeito de alguns votos que estavam colocados: o voto do relator, deputado Heni Ozi Cukier, e um voto em separado, preparado pelo deputado Emidio.

Estávamos na discussão e nós entendemos, Sr. Presidente, porque esta Casa é a casa do entendimento. É uma matéria importante para o estado, importante para as pessoas, para os servidores públicos deste estado.

Nós temos milhares e milhares de servidores e nós entendemos que quanto mais nós discutirmos, quanto mais nós debatermos, nós poderemos chegar a um caminho, encontrar um caminho.

Tenho certeza de que V. Exa. e o deputado Carlão Pignatari, líder do Governo, as lideranças desta Casa e os deputados estão empenhados em buscar o melhor caminho e entendimento, que façam com que o estado de São Paulo continue sendo o estado mais pujante da Federação e que os seus servidores possam buscar de alguma forma e estarem contemplados naqueles pleitos, já que naquela Comissão, Sr. Presidente, nós havíamos ouvido - eu e a deputada Carla Morando - algumas entidades que colocavam algumas preocupações com relação à simetria das leis, da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

Tenho certeza de que nesses próximos momentos... Tenho até quinta-feira para devolver essa PEC. Tenho certeza, deputado Heni Ozi Cukier, de que até este tempo, nós teremos aí um bom caminho para o estado de São Paulo.

Era apenas isso.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o item 1 do requerimento de método de votação.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, para encaminhar pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o projeto salvo emendas. Neste momento, passo a palavra a V. Exa. para poder encaminhar em nome da liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, servidores e servidoras que, mais uma vez, vieram à Assembleia Legislativa fazer uma manifestação democrática e justa contra a farsa da reforma da Previdência estadual, contra o confisco salarial, contra o confisco de direitos e benefícios dos servidores.

Hoje, Sr. Presidente, comemora-se o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. É um dia importante em todo o planeta para esse segmento da população, mas, infelizmente, aqui no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou um projeto de lei para o Congresso Nacional, o Projeto de lei 6.159, que desobriga as empresas a cumprirem a cota para os trabalhadores com deficiência.

É um verdadeiro retrocesso nessa área. O Brasil vinha avançando bastante com políticas afirmativas de inclusão de trabalhadores com deficiência no mundo do trabalho, tanto nas empresas privadas como também em empresas públicas. Esse projeto está em regime de urgência na Câmara dos Deputados. É um verdadeiro absurdo, um ataque sem precedentes às pessoas com deficiência no Brasil.

Nós do PSOL, em Brasília, já estamos obstruindo o projeto, pedindo para que seja cancelada, inclusive, a urgência, porque são muitos os ataques aos trabalhadores vindos do governo federal e do governo estadual, aqui em São Paulo.

Recentemente, o Paulo Guedes apresentou algumas PECs no Congresso Nacional, uma delas taxando os desempregados, taxando o seguro-desemprego; uma outra proposta de congelamento do salário mínimo; outras propostas de congelamento de salários ou redução de salários em até 25% com redução da jornada de trabalho para governos estaduais e municipais; o fim da estabilidade no emprego para os servidores; colocou em xeque a existência dos concursos públicos de provas e títulos.

São muitos ataques aos servidores, que foram mais uma vez eleitos os responsáveis, na visão dos governos e das elites econômicas, pela crise fiscal do Estado, que nós não aceitamos em hipótese alguma.

E aqui em São Paulo nós acabamos de ter um minidebate muito rápido e superficial com o grande representante dessa corrente no Brasil, do neoliberalismo, um banqueiro que já serviu a vários governos no Brasil, que é o Henrique Meirelles, atual secretário da Fazenda do Doria, e nós cobramos dele.

Eu vi agora aqui uma faixa muito interessante que, inclusive, fala da questão da auditoria da dívida pública do estado de São Paulo, da dívida estadual. Nós queremos auditoria. Tem que ter auditoria da dívida pública estadual, como nós defendemos também auditoria da dívida pública federal. Ela tem que ser feita; inclusive tem artigo na Constituição Federal obrigando o Estado brasileiro a fazer auditoria.

Não é só um discurso de esquerda aqui, de oposição não. É um discurso que tem amparo na Constituição Federal. Auditoria da dívida pública brasileira e sobretudo da nossa aqui estadual. O secretário não respondeu à minha pergunta sobre esse tema. O máximo que ele disse foi: "Quer que dê um calote?".

Aí ele cita Grécia, cita Portugal. Foge totalmente do debate, quando, na verdade, o que nós defendemos é uma renegociação da dívida do Estado com a União; isso pode ser feito. São Paulo fez; a Prefeitura de São Paulo já renegociou a dívida municipal, dando um fôlego para a prefeitura.

Coloquei também a questão da dívida ativa do Estado: 340 bilhões de reais, que é o valor da dívida ativa do Estado. E muitos desses devedores, dessas grandes empresas devedoras da dívida pública, são também sonegadoras de impostos. São muitas vezes beneficiadas também - ainda pior - com benefícios fiscais, com descontos do ICMS, como aconteceu agora com as empresas aéreas.

Foi votado um projeto aqui dando benefício, um desconto de 25% para 12% na compra do querosene das empresas aéreas e de vários outros setores. Então só nessa área da desoneração fiscal que não tem transparência; tem sigilo, a gente não sabe o que realmente acontece.

Nem o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem acesso a esses dados. Tanto é que há dois anos o Tribunal de Contas aprovou as contas do governador Alckmin, mas fez uma ressalva criticando essa política de desoneração fiscal.

Imaginem V. Exas. se até o Tribunal de Contas, que também é um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes - é quase que um departamento que apenas homologa as decisões do Palácio dos Bandeirantes - colocou em dúvida e criticou, imaginem V. Exas. qual deve ser a situação obscura dessa política, na verdade, de desoneração fiscal, que canaliza mais de 20 bilhões de reais para grupos econômicos do estado de São Paulo sem contrapartida para a população, para os 45 milhões de habitantes.

É o dinheiro retirado do orçamento da Educação, da Saúde, do SUS, das universidades públicas - da USP, da Unesp, da Unicamp - das Etecs, das Fatecs, da Segurança Pública. É o dinheiro que faz falta no pagamento do reajuste salarial dos servidores.

Esse debate também o secretário não respondeu; não respondeu ainda outras questões. Nós colocamos que São Paulo não está ainda nem no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal e, na verdade, que não tem crise.

Ele não consegue demonstrar a crise fiscal. O estado de São Paulo aumentou a sua arrecadação. Todas essas questões, e outras, colocamos. Não tivemos resposta do secretário Henrique Meirelles. Então fica muito claro para nós: não tem déficit da Previdência no estado de São Paulo. O estado de São Paulo não está com crise de arrecadação. Ao contrário. Porque, o dia que São Paulo entrar em crise fiscal e crise financeira, quebra o Brasil.

A verdade é essa: São Paulo não entra em crise. Porque aqui tem o maior parque industrial, o maior parque comercial, de serviço, parque tecnológico. Está tudo aqui. Então São Paulo não está com as suas finanças quebradas. Na verdade, esse projeto de reforma da Previdência nada mais é do que uma tentativa do governo de transferir dinheiro público para o pagamento da dívida pública brasileira.

É o projeto dos banqueiros nacionais e internacionais. É o banqueiro dos rentistas e especuladores da dívida pública brasileira. Começa no governo estadual, vem para o estado e para o município.

Eles querem sugar municípios e estados para transferir recursos para o pagamento da dívida pública brasileira. É disso que se trata essa reforma: uma reforma onde os trabalhadores vão trabalhar mais, por mais tempo, vão pagar mais, e vão receber menos na aposentadoria e na pensão.

O projeto é pior do que o projeto do Bolsonaro, esse projeto da reforma da Previdência. Então estamos denunciando exaustivamente o que está acontecendo aqui em São Paulo. O Doria já enganou os policiais militares e civis, dizendo que no governo dele os policiais teriam os maiores salários da Federação. E apresentou uma proposta de apenas 5% de reposição das perdas inflacionárias.

Mas não avisou os policiais que faria um desconto de 3% na reforma da Previdência. Na verdade, eles ficaram só com 2 por cento. E a Polícia Civil, pior, porque haverá, me parece, um aumento do percentual da contribuição do Iamspe, de 2 para 3 por cento. Então, na verdade, só 1 por cento. Os policiais foram enganados pelo João "Pinóquio" Doria. (Manifestação nas galerias.)

Que é mentiroso. Já conhecemos a trajetória dele na Prefeitura de São Paulo, quando ele lançou o SampaPrev municipal, quando ele entregava o fundo previdenciário dos servidores municipais para os bancos, sobretudo para o banco Itaú.

Mas, depois de uma ampla mobilização dos servidores, com 100 mil professores na porta da Câmara Municipal, derrotamos essa proposta do Doria. E vamos derrotar também aqui na Assembleia Legislativa, com a participação dos servidores e servidoras. (Manifestação nas galerias.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para falar pela vice-liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, Sr. Presidente; assessoria da Mesa, assessorias que estão à minha esquerda e à minha direita; Srs. Deputados e Sras. Deputadas; todos que nos assistem através da TV Alesp.

É um momento muito intenso, de luta dos servidores públicos do estado de São Paulo contra a reforma da Previdência que ora tramita aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Cumprimento também todos e todas que estão presentes nas galerias. Quero dizer que é uma satisfação muito grande tê-los e tê-las aqui, pela razão do quê? Porque é algo que nos atinge frontalmente. Não é o professor, a professora, o servidor da Saúde Pública. São todos os servidores do estado de São Paulo que serão frontalmente atacados por essa reforma da Previdência. Que é um ataque que chamo a atenção para o seguinte.

Há dois instrumentos legais nesta Casa: a Proposta de Emenda Constitucional nº 18 e também o PLC 80. Já explicava isso na nossa assembleia.

A proposta de emenda constitucional tem em sua vértebra o quê? Acabar com a carreira dos servidores públicos do estado de São Paulo, sobretudo criar na forma de remuneração tal qual governadores, vereadores, deputados...

Nós não fomos eleitos. Nós passamos por concurso público e lutamos por um plano de carreira que atenda aos interesses da qualidade de ensino, dos filhos e filhas da classe trabalhadora. Esse é o debate de monta que está colocado para nós.

Nós temos claro aqui o seguinte: meus queridos e minhas queridas, aqui não há que tergiversar, aqui não há que ter dúvidas, aqui não tem como arremedar. Aqui só tem uma posição: contra a reforma da Previdência imputada sobre as nossas cabeças. (Manifestação nas galerias.)

Porque eu dialogo; eu não tenho problema de dialogar, deputado Cauê, presidente Cauê Macris. Disse isso desde o primeiro momento em que estes dois instrumentos legais entraram nesta Casa.

Não vou contar de novo a história do Plano Estadual de Educação. Quando a categoria é ouvida, ela entende. Quando ela não é ouvida, ela tem a posição que me parece muito diferente, até, de outros movimentos que atacam. Não: é pela manifestação, é a forma como democraticamente eles vêm para cá e dizem: "eu concordo, eu discordo", levantando uma plaquetinha. É assim que fazem. Ou aplaudem ou mostram o desgosto por uma matéria tão difícil que é a reforma da Previdência.

E mais difícil para nós é o confisco de mais três por cento. Poxa, um professor... Eu pego um enfermeiro; não só, os policiais. Vamos lá, vamos pegando categorias. Agentes do trabalho escolar. Todos ganham no máximo até 2.000, 2.550 reais. Menos três mil, três por cento.

E isso tem um peso significativo no nosso bolso. É a pauperização não só de uma categoria, mas de um setor, que é o setor público, que é frontalmente atacado, com zero de reajuste e sem ter os seus direitos atendidos.

Não bastasse isso, o que se esconde através da proposta de emenda constitucional - e aí quero fazer um apelo aqui para os deputados e deputadas - é que tem, no Art. 7o da PEC, as chamadas doenças profissionais. E que colocam, na verdade, os requisitos que... Pelos requisitos que ali estão colocados, me desculpe: nós só vamos ter direito à aposentadoria depois de mortos. Senão, nada.

Ou no caso dos readaptados. Colocar numa proposta de emenda constitucional a condição de readaptados é, no mínimo, pegar uma exceção e transformar em regra. Com isso, não tem que tergiversar.

Por que estou dizendo isso? O readaptado é quem? Vamos pegar a categoria dos professores, depois a do servidor da Saúde. O readaptado é aquele, como no caso de uma professora que ficou com problemas na voz, por ter classe numerosa, por as escolas públicas não terem o avanço tecnológico que deveriam ter.

E nós temos que falar na goela para classes numerosas e ficamos com problemas nas cordas vocais. Ou ainda, para muitos que não sabem - vocês sabem, mas muito do público que nos ouve não sabe -, nós ainda temos o giz e o apagador.

Quando apaga a lousa, assenta o pó de giz nas cordas vocais e dá problema de calo nas cordas vocais. Esse é o quadro dos professores. E aí, então, ele vai para a readaptação. N

os termos que está aqui, a proposta de emenda constitucional primeiro, não era para a exceção entrar em proposta de emenda constitucional. Segundo, exceção não é regra. A gente só pode tratar de regra geral, não de exceção.

Então, eu quero dizer que é isso. E o nosso salário, não é, gente, na forma como quer instituir e como está na proposta de emenda constitucional, é vergonhoso. É algo que eu chamaria atenção para o seguinte: meu Deus, será que os únicos males da sociedade paulista são os servidores públicos? Porque a isenção, poxa vida, o primeiro ano do governo João Doria, 19 bi de isenção fiscal.

O custo dessa reforma da Previdência é de 31 bilhões de reais. Dezenove bi, deputado Barba, mais da metade do que ele quer fazer em dez anos com a emenda, é o custo nos nossos lombos da Previdência. É esse o custo nosso.

Acredito que o secretário da Fazenda Meirelles, quando aqui esteve à tarde, tratou disso: do quanto custa. Dizer que tem rombo na Previdência? Não tem, tá? O que tem é uma coisa que aí sim, nós temos que lutar para ter essa auditoria pública lá na São Paulo Previdência, porque desde 2007 nós estamos contribuindo com 11 por cento. O Estado tem que contribuir duas vezes os 11 por cento.

Portanto, 22%, 33 por cento. Mas, pasmem, no final do ano passado, deputado Barba, foi tirado do Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, que é ação diretamente ligada com ensino, 7 bilhões de reais, com o aval da Justiça para pagar aposentadorias. Nenhum acordo com essa reforma da Previdência, porque não vai adiantar.

Vai fazer essa reforma e o Estado vai continuar não colocando a sua quota-parte como faz como Iamspe, não coloca a quota-parte e agora está dizendo em aumentar 1% a mais da nossa quota-parte, quando ele nunca colocou um tostão de quota-parte.

Então é prazeroso ver a presença de vocês aqui. E dizer que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos à disposição para atender e ser contra essa reforma da Previdência de fio a pavio porque não há acordo com retirada de direitos. Um forte abraço.

Muito obrigada.